

Editorial – Quando o Estado Democrático de Direito sucumbe ao terror – A força e a fragilidade da democracia

Márcio Luís de Oliveira 7

DOCTRINA

ARTIGOS

A licitação como instrumento de promoção de política pública – Perspectiva constitucional

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Marcílio Henrique Guedes Drummond 13

- 1 A obrigatoriedade constitucional de promoção de políticas públicas por meio de licitações 13
- 2 As políticas públicas na fase interna da licitação 17
- 3 As políticas públicas na fase externa da licitação 19
- 4 As políticas públicas na contratação direta sem licitação 21
- 5 Conclusão 23

Desacertos no combate à guerra fiscal entre Estados e entre Municípios

Igor Mauler Santiago 25

- 1 Introdução 25
- 2 Responsabilidade dos Estados pelas perdas de arrecadação decorrentes da guerra fiscal do ICMS 26
- 3 Ainda a guerra fiscal do ICMS – Impropropriedades no enfrentamento à guerra dos portos 29
- 4 Conflitos de competência tributária municipal. Estudo de um caso concreto 33
- 5 Conclusão 36

Audiência pública e urbanismo – A audiência pública como instrumento de participação popular na formação e controle de políticas voltadas à ordenação da cidade

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho 39

- 1 Introdução 39
- 2 Estado Democrático de Direito – Elementos 40
- 3 Participação popular no Estado Democrático de Direito – Fundamentos e instrumentos 41
- 4 A audiência pública como instrumento de colaboração da população na tomada de decisões discricionárias relevantes na vida da comunidade 49
 - 4.1 Quadro normativo 49
 - 4.2 Audiência pública e urbanismo 51
 - 4.3 Audiência pública – Regime jurídico 54
- 5 Conclusão 59
- Referências 60

Mulheres, cidades e participação política – Um estudo dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher como perspectiva norteadora da luta pela superação da desigualdade de gênero

Bruna Gonçalves Piazzzi	63
Introdução	63
1 O paradigma do gênero	64
1.1 O olhar feminista – O gênero enquanto categoria de análise	64
1.2 O patriarcado	65
1.3 A divisão sexual dos espaços – O público e o privado	68
2 A mulher e o direito à cidade	69
2.1 Breve histórico do surgimento das cidades	69
2.2 A segregação espacial urbana	71
2.3 Mulher, sujeito oculto nas cidades	73
2.4 Cidadania, participação política e representatividade feminina	78
3 As ondas do feminismo e as políticas públicas voltadas para mulheres	81
3.1 Trajetórias de lutas e conquistas	81
3.2 Políticas públicas para mulheres	83
4 Instrumentos de democracia participativa na Constituição de 1988 – Os Conselhos Municipais	85
5 Conselhos Municipais da Mulher – Uma análise crítica	90
5.1 Os Conselhos Municipais de Direitos e/ou Políticas para Mulheres e a legislação recifense	90
5.2 Análise crítica – Avanços e limitações	94
Considerações finais	96
Referências	98

Funções sociais das cidades brasileiras – Excesso de distorções, terapêuticas normativas e omissões públicas

D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos	101
1 A cidade no estrangeiro e no Brasil – Escorço histórico	101
2 O surgimento das primeiras cidades brasileiras	103
3 Direito de propriedade e suas funções sociais	104
4 Funções sociais da cidade (brasileira)	106
4.1 Habitação	109
4.2 Circulação	115
4.3 Trabalho	119
4.4 Lazer	123
5 Cidade e cidadania brasileiras	125
Referências	127

A sustentabilidade como critério de ponderação entre moradia e meio ambiente saudável

Daniela D'Ambrosio	129
1 Introdução	129
2 O princípio da sustentabilidade	130
3 A tutela do Direito Ambiental	131
4 Considerações sobre o direito à moradia	132
5 A aplicação de princípios para a solução da controvérsia	134
6 Conclusão	135
Referências	135

Os novos critérios de transferência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – O ICMS e a equidade vertical no federalismo: perspectiva do município de Betim/MG

Gabriela Flávia Ribeiro Mendes	137
1 Introdução	137
2 O federalismo fiscal	139
2.1 A equidade vertical no federalismo	140
3 A distribuição do ICMS em Minas Gerais.....	141
3.1 A Lei “Robin Hood”	142
3.2 O “ICMS Solidário”	144
3.3 O impacto da nova Lei na receita do Município de Betim	147
4 Conclusão	151
Referências	153

A cobrança do imposto predial e territorial urbano nos termos do §2º do artigo 32 do Código Tributário Nacional

Jamile Gonçalves Calissi, Douglas Policarpo	155
1 Introdução	155
2 Áreas urbanizáveis	157
3 Loteamentos	158
4 A cobrança de IPTU em áreas urbanizáveis	159
5 Conclusão	165
Referências	165

Administração Fiscal na sociedade complexa – O caso da constituição dos créditos não tributários no Município de Porto Alegre

Maren Guimarães Taborda	167
Introdução	167
I O sistema administrativo na sociedade complexa	170
1.1 As possibilidades de democratização da Administração	170
1.2 A centralidade do processo administrativo	175
II A discussão sobre a constituição dos créditos não tributários em Porto Alegre	177
2.1 A estruturação das decisões.....	177
2.2 Os casos.....	180
Considerações finais.....	185
Referências	187

PARECERES

Doação de terreno municipal ao particular que pagou sua desapropriação

Ivan Barbosa Rigolin	191
-----------------------------------	-----

Consideração Técnica nº 12/2013

Alberto Vellozo Machado, Odoné Serrano Júnior, Willian Buchmann, Clarice Metzner, Laura Esmanhoto Bertol, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino	199
1 Do devido processo de elaboração ou revisão participativa do Plano Diretor e das consequências do seu descumprimento	200
2 Do conteúdo mínimo do Plano Diretor Municipal	209
3 Conclusões e recomendações do CAOPJ-HU.....	216

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADI – Artigo 28, § 5º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte – Fixação de data para o pagamento dos vencimentos dos servidores públicos estaduais e municipais, corrigindo-se monetariamente os seus valores se pagos em atraso – Violação dos artigos 34, VII, c, e 22, I, da Constituição Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 144/RN..... 219

Superior Tribunal de Justiça

Direito Ambiental – Danos ao meio ambiente – Usina Hidrelétrica de Chavantes – Impactos físicos e econômicos, especialmente no Município autor da demanda (Santana do Itararé/PR) – Lei nº 7.990/89 – Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos – Danos ambientais eventuais não abrangidos por esse diploma normativo – Exigência de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) – Obra implementada anteriormente à sua regulamentação – Providência inexecutável – Prejuízos físicos e econômicos a serem apurados mediante perícia técnica. Recurso Especial nº 1.172.553/PR..... 223

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – *Royalties* – Município com equipamentos destinados ao embarque e desembarque de gás natural/petróleo – Lei nº 9.478/1997 e Lei nº 12.734/2012 – Compensação financeira devida tão somente às áreas produtoras/extrativistas. Recurso Especial nº 1.293.226/RN..... 235

Superior Tribunal de Justiça

Direito Civil-Constitucional – Responsabilidade civil – Informações veiculadas em rede de rádio e televisão – Ação indenizatória por dano moral ajuizada por município contra o particular – Impossibilidade – Direitos fundamentais – Pessoa jurídica de direito público – Reconhecimento limitado. Recurso Especial nº 1.258.389/PB..... 243